A onda conservadora na política educacional brasileira e o trabalho docente: problematizando relações de classe, raça, gênero e sexualidade

Iana Gomes de Lima – coordenadora - UFRGS
Bruna Dalmasso-Junqueira - UFRGS
Ricardo Boklis Golbspan - UFPel

A política educacional brasileira tem sido alvo de uma "onda conservadora", com implicações de diversas ordens para o trabalho docente. Este painel discute alguns destes impactos e desafios para a condição docente, a prática pedagógica e a justiça na educação, considerando dinâmicas de classe, raça, gênero e sexualidade. O primeiro trabalho aborda o conceito de "aliança conservadora", examinando três políticas contemporâneas de cunho neoconservador: o Escola Sem Partido, a militarização das escolas e o ensino domiciliar. Discute-se, assim, o crescente controle sobre o trabalho docente na perspectiva do currículo, da conduta e das condições de trabalho no corrente contexto das reformas educacionais. O segundo trabalho aborda a narrativa conservadora da "ideologia de gênero" e sua ascensão no contexto educacional brasileiro. Fundamentado na teoria gramsciana da hegemonia e do senso comum, demonstra-se como a retórica conservadora tem sido bem-sucedida ao conectar-se com o senso comum partilhado por professoras preocupadas em abordar a diversidade e a equidade de gênero e sexualidade em suas aulas, instaurando um pânico moral que cerceia sua liberdade de cátedra. Por fim, a terceira pesquisa discute o trabalho docente em uma escola privada de classe média, a partir de uma perspectiva etnográfica e de dados de observação participante e entrevistas. São abordados aspectos neoliberais e neoconservadores inseridos na cultura escolar observada, em que um ponto de vista de educação distintiva e exclusiva é continuamente experimentado e reforçado, reproduzindo relações desiguais de classe e raça. Ao mesmo tempo, o trabalho chama atenção para as fissuras pedagógicas que professores/as propõem, mesmo em condições desafiadoras, explorando a potência de suas práticas educativas. Assim, o painel lança luzes sobre o avanço conservador na educação contemporânea, examinando seus efeitos em termos de classe, raça, gênero e sexualidade para o trabalho docente em uma diversidade de contextos educativos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Trabalho docente; Classe; Raça; Gênero.

Políticas educacionais conservadoras e controle do trabalho docente

Iana Gomes de Lima - UFRGS

Neste trabalho, analisa-se a repercussão de políticas educacionais de cunho conservador no controle do trabalho docente. Para tanto, inicialmente, apresenta-se um panorama do atual conservadorismo brasileiro (MIGUEL, 2016; ROCHA, 2018; LACERDA, 2019; LIMA; HYPOLITO, 2019) a partir, especialmente, do ano de 2014.

Caracteriza-se esse conservadorismo por meio dos/as autores/as citados/as, bem como dos trabalhos de Michael Apple (2003; 2013), fazendo uso, centralmente, do conceito de aliança conservadora (APPLE, 2003). Compreende-se que o movimento Escola sem Partido (EsP) foi um dos grandes responsáveis por organizar ataques à classe docente e incitar a denúncia de professores/as por meio, centralmente, de duas pautas: "ideologia de gênero" e doutrinação ideológica (MIGUEL, 2016). Docentes começaram, assim, a ser expostos em redes sociais, através de gravações realizadas por estudantes em sala de aula e de *prints* de postagens de suas redes privadas. Entende-se que o EsP foi importante para a criação de um cenário de desconfiança em relação aos docentes, o que, por sua vez, favoreceu a proliferação de políticas de controle do trabalho de professores/as. É nessa esteira que ganha força a discussão do ensino domiciliar, defendido como uma forma dos pais e mães ensinarem seus/suas filhos/as a partir daquilo que entendem como a melhor educação e protegendo-os/as dos professores/as doutrinadores/as (CECCHETTI; TEDESCO; 2020). Outra política é a militarização das escolas, que prega o retorno de uma educação embasada em princípios morais conservadores tradicionais (SANTOS, 2020), prometendo solucionar, assim, aquilo que grupos conservadores afirmam ser um dos grandes problemas das escolas públicas: a falta de disciplina. Por fim, destaca-se a emergência de um discurso contra aquilo que tais grupos chamam de "ideologia de gênero" com grande relevo e alcance no debate público (MIGUEL, 2016) e que foi especialmente propagado pelo movimento do EsP. Conclui-se que essas agendas políticas têm provocado repercussões no trabalho docente, regulando a ação de professores/as, passando de uma "[...] 'autonomia permitida' para uma 'autonomia regulamentada' à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado, racionalizado e 'policiado'" (APPLE, 2003, p. 62). Entende-se que a compreensão de elementos conservadores em nosso país é fundamental para analisar de forma mais aprofundada os atuais movimentos políticos que têm se feito presentes, bem como subsidiar ações de luta e de fortalecimento do trabalho docente.

“Será que eu bagunço a cabeça deles?”: o senso comum e a ascensão da narrativa conservadora da “ideologia de gênero” na educação brasileira

Bruna Dalmasso-Junqueira - UFRGS

Com bases teóricas gramscianas da hegemonia e do senso comum, o presente trabalho analisa o estabelecimento de conexões entre o discurso conservador da “ideologia de gênero” na educação brasileira e o senso comum partilhado por professoras da Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre. Entendendo o tecido social como uma constante disputa por hegemonia, assume-se o senso comum como o território em que distintos e por vezes contraditórios grupos hegemônicos triunfam ao acessar medos, inseguranças e desejos reais dos indivíduos, modelando a realidade por eles compreendida como se fosse a única possível (WILLIAMS, 2000; GANDIN; HYPOLITO, 2003). Assim, apresenta-se uma contextualização histórica e sociopolítica que situa a invenção do termo “ideologia de gênero” como um inimigo comum a ser combatido por agentes religiosos e conservadores ainda na década de 1990, tendo como central a tarefa de interromper os avanços de movimentos de mulheres e feministas (GARBAGNOLI, 2016). Reflete-se também sobre o contexto brasileiro, em que a suposta “ideologia de gênero” tem sido mobilizada como ameaça a ser combatida nas escolas de educação básica e as alianças sociais e políticas feitas por grupos hegemônicos (“aliança conservadora”) para lograr sucesso em suas ações (DALMASO-JUNQUEIRA, 2018; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2019). A partir da análise de trechos de grupos de discussão conduzidos com oito professoras vinculadas à RME de Porto Alegre, fazendo uso da ferramenta metodológica da Análise Relacional (APPLE, 1999), demonstra-se estratégias adotadas pela “aliança conservadora” sendo bem-sucedidas. Através do convencimento (e não da imposição), incertezas e inseguranças têm sido incorporadas e manifestas mesmo por professoras abertamente feministas, devido ao “pânico moral” (MIKOLSCI; CAMPANA, 2017) instaurado no senso comum. É a manifestação de uma dessas professoras que dá nome ao trabalho, que chegou a questionar se a própria prática docente estaria “bagunçando a cabeça” de suas/seus estudantes, em função da retórica convincente da narrativa conservadora - que distorce pautas de justiça social e, discursivamente, transforma professoras em potenciais “doutrinadoras” ou “destruidoras das famílias”. Ao mesmo tempo, perspectivas feministas manifestaram-se no discurso das professoras, quando afirmam buscar acolher/legitimar existências distintas da

binária/heterossexual e demonstrar atenção à (re)produção de desigualdades. Assim, através das lentes da hegemonia, do senso comum e da Análise Relacional, valorizando as contradições que permeiam a realidade, foi possível constatar ecos tanto do conservadorismo quanto dos feminismos no senso comum partilhado pelas professoras, denotando haver espaço para fissuras na narrativa hegemônica e, portanto, resistência atenta no contexto educacional.

Desafios do trabalho docente em uma escola de classe média: entre a transformação e a reprodução social

Ricardo Boklis Golbspan - UFPel

Esta pesquisa debate os desafios do trabalho docente diante do avanço conservador na educação brasileira, tomando como *locus* de pesquisa uma escola privada de classe média. O objetivo é compreender como o trabalho de professores/as é constrangido pela perspectiva neoliberal e neoconservadora, hegemônica na política educacional brasileira (LIMA; HYPOLITO, 2019). Metodologicamente, o trabalho apresenta dados de uma pesquisa etnográfica realizada por três meses em uma turma de ensino médio de uma escola privada de classe média alta de uma grande região urbana brasileira, com observação participante e entrevistas com estudantes, professores/as e direção. Teoricamente, é mobilizado o conceito de justiça social de acordo com Nancy Fraser (2006), para uma reflexão a respeito de como questões de "representação", "reconhecimento" e "redistribuição" precisam ser pensadas em articulação para uma prática docente que desafie a reprodução social na educação. A pesquisa traz cenas de aulas de artes, história e geografia, além de depoimentos de professores/as de física, literatura e do diretor, indicando um potente trabalho pedagógico, especialmente considerando o nível do "reconhecimento" (FRASER, 2007). A investigação, neste sentido, revela práticas curriculares que desafiam o conservadorismo, como o ensino de artes em uma perspectiva de valorização da cultura popular, de história em uma concepção crítica ao autoritarismo ou a visão inclusiva quanto à avaliação escolar que os/as professores/as apontam em suas práticas e nas entrevistas. O trabalho discute, no entanto, como é simultaneamente fundamental, no sentido de uma escola transformadora, os níveis da "representação" e da "redistribuição", silenciados na cultura da escola pesquisada. Discute-se como uma lógica exclusiva e distintiva se materializa na

perspectiva da "representação" (via de regra, tratam-se de alunos/as de classe média, brancos/as) e da "redistribuição" (a escola é financiada privadamente de maneira desigual em relação à realidade socio-econômica), com implicações para a reprodução social na educação. Os resultados apontam, assim, para como o trabalho docente transformador passa por questões curriculares, reconhecendo a centralidade do trabalho de professores/as mesmo em contextos conservadores. A pesquisa reforça, ainda, a importância de uma política educacional redistribuitiva e representativa, do ponto de vista da democrtatização, para a efetivação de uma educação transformadora.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à Direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael W. Fazendo o trabalho de Deus: ensino domiciliar e trabalho de gênero. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação:** análise internacional. Tradução de Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 166-176.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo.** Porto: Porto Editora, 1999.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em "xeque": Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-17, 2020.

DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna. **Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista:** professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da "ideologia de gênero". Porto Alegre, 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ ago. 2007.

GANDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reestruturação educacional como construção social contraditória. In: HYPOLITO; Álvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando. (Orgs.). Educação em Tempos de Incertezas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003, p. 59-82.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. **Religion & Gender**,

Gente (Bélgica), v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016. Disponível em: <https://www.religionandgender.org/articles/abstract/10.18352/rg.10156/>. Acesso em: 05 fev. 2017.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" a "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.** [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.725-748.

ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Misses":** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Graziella Souza. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-19, 2020.
WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y Filosofía**. Barcelona: Ediciones Península, 2000.